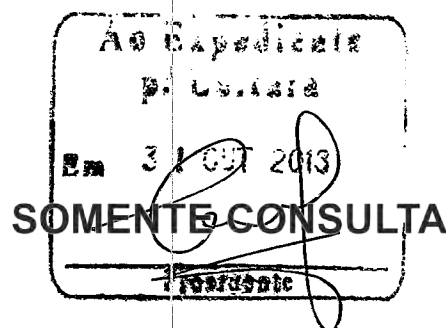




ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**Câmara Municipal de Mangaratiba**



**PROJETO DE LEI Nº 58 /2013**

**“CRIA O FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – FUMPED DE MANGARATIBA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”**

Eu, o PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, faço saber que a CÂMARA MUNICIPAL aprovou e eu sanciono a seguinte:

**LEI:**

## **CAPITULO I**

### **FINALIDADE**

**Art.1º** - O Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência- FUMPED tem por finalidade criar condições financeiras para a captação de recursos destinados ao desenvolvimento das ações da Política Municipal de Promoção, Atendimento e Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

**Art.2º** - O Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – FUMPED, terá como órgão gestor a Secretaria Municipal de Ação Social e será administrado pelo Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência – COMPED, na forma dessa Lei, compreendendo:

I - a execução de programas de proteção especial e garantia dos direitos da pessoa com deficiência exposta à situação de risco pessoal e social e que promovam sua emancipação e inclusão social;

II- a realização de estudos para mapear e promover ações de eliminação de barreiras arquitetônicas, garantindo o acesso das pessoas com deficiência aos bens e serviços da comunidade;

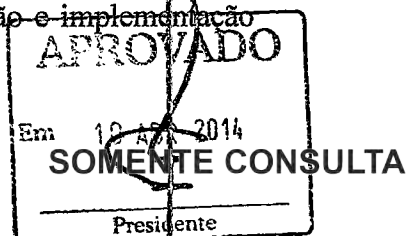
III – o financiamento de projetos para geração de emprego e renda para pessoas com deficiência;

IV – a proposição e execução de programas de educação e sensibilização para a temática da pessoa com deficiência;

V – o financiamento de projetos do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência;

VI – a proposição e execução de programas de prevenção e de eliminação das múltiplas causas da deficiência;

VII - execução de projetos especiais de instituições públicas e privadas, de pesquisa, estudos e de capacitação de recursos humanos necessários à elaboração e implementação dos programas definidos no Plano de Aplicação do COMPED;





ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SOMENTE CONSULTA



## ***Câmara Municipal de Mangaratiba***

– atendimento a programas e projetos de comunicação e divulgação das normas do Decreto nº 6.949 de 25 de agosto de 2009, de ações de defesa, promoção e garantia dos direitos da pessoa com deficiência;

IX – Auxílio financeiro às entidades sociais e juridicamente organizadas para o atendimento da defesa, estudos, pesquisas, proteção, apoio sócio-familiar e garantia dos direitos da pessoa com deficiência;

X - O apoio ao desenvolvimento e a implementação de sistemas de diagnóstico, controle, acompanhamento e avaliação de políticas públicas, programas governamentais e não-governamentais;

XI – Na produção do intercâmbio de informações tecnológicas e experiências com outros Conselhos de Direitos;

XII – O COMPED poderá fixar, através de Resolução a gratificação regimental de que trata o artigo 18, alínea D e E do Regimento Interno;

**Art.3º** - Os recursos do FUMPED serão administrados pelo COMPED e a respectiva Junta Administrativa, os quais contabilizarão, fiscalizarão, prestarão contas e realizarão tomadas de contas.

### **CAPITULO II**

#### **FUNDO E ORÇAMENTO MUNICIPAL**

**Art. 4º** - O COMPED seguirá as diretrizes do CONADE – Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, na formulação dos Planos de ação e aplicação, atuará na discussão da proposta orçamentária anual, na definição da gerência dos recursos para o FUMPED.

**Art. 5º** - Os planos de Ação e Aplicação serão elaborados pelo FUMPED, aprovados em Plenário, e expressarão as prioridades estabelecidas na Política local e fixarão a sistemática de acompanhamento e avaliação dos resultados dos programas e serviços de atendimento, tanto no setor público quanto no privado.

**Art.6º** - O orçamento Municipal contemplará as políticas de promoção, atendimento e defesa delimitados pelo FUMPED.

**Art.7º** - O FUMPED fará parte da LDO e do orçamento municipal na forma da Lei Federal 4.320/64, a qual estabelece diretrizes do Direito Financeiro.

### **CAPÍTULO III**

#### **ORGANIZAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DO FUNDO**

**Art.8º** - O FUMPED fica vinculado diretamente ao COMPED e à respectiva Junta Administrativa, a qual se obriga a executar as deliberações do Plenário.

**Art.9º** - A Junta Administrativa é composta por 02 (dois) Membros de Entidades Cíveis com assento no Conselho, eleitos em Plenário; e por 01 (hum) Tesoureiro e 01 (hum) Funcionário da Secretaria de Finanças, os quais serão nomeados pelo Prefeito.

**Art.10** – A competência da Junta será regulamentada pelo Regimento Interno do COMPED.

SOMENTE CONSULTA



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

*Câmara Municipal de Mangaratiba*

#### CAPITULO IV

#### RECURSOS DO FUNDO

**Art.11** – O COMPED promoverá a captação de recursos para o FUMPED através de várias fontes para garantir a execução da Política local dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

**Art.12** – São receitas do FUMPED:

- a) Dotação consignada anualmente no Orçamento Municipal e as verbas que a Lei estabelecer no decurso de cada exercício;
- b) Dotações de pessoas físicas e jurídicas, conforme o disposto no Art.260 da Lei Federal 8069/90, sendo que os depósitos devem ser feitos por meio de recibo em 03 (três) vias, ficando uma via com o doador (comprovante a Receita Federal), uma via com COMPED, uma via juntamente com o comprovante de depósito bancário para contabilidade (origem da receita);
- c) Transferência direta de recursos financeiros oriundos da União e do Estado;
- d) Dotações, auxílios, contribuições, subvenções, legados, herança e transferências de pessoas físicas e jurídicas nacionais, internacionais, governamentais e não governamentais;
- e) Produto de aplicações financeiras dos recursos disponíveis, respeitada a legislação em vigor e da venda de materiais, publicações e eventos;
- f) Dotações específicas oriundas de Convênios, acordos e contratos firmados entre Entidades Governamentais e Não governamentais;
- g) Produto de aplicação no mercado financeiro, observada a legislação pertinente;
- h) Outros recursos que porventura lhe forem destinados;

**Parágrafo Único** – O recolhimento de todas as receitas deve obedecer ao princípio de unidade da tesouraria, sendo proibido dividi-las para a criação de caixas especiais.

**Art.13** – Constituem ativos do FUMPED:

- a) Disponibilidade monetária em banco oficial em conta específica para o FUMPED, oriundos das receitas especificadas no artigo anterior;
- b) Direitos que porventura vier a constituir;
- c) Bens móveis e imóveis destinados à execução dos programas e projetos do Plano de Aplicação do COMPED.

**Parágrafo Único** – Anualmente processar-se-á o inventário dos bens e imóveis, assim como direitos vinculados ao FUMPED.

**Art.14** – Constituem passivos do FUMPED as obrigações às quais venha a assumir.

#### CAPITULO V

#### ORÇAMENTO E CONTABILIDADE

**Art.15** – O orçamento para o FUMPED integrará e evidenciará as Políticas Públicas dos Direitos da Pessoa com Deficiência, nas suas diretrizes, programas e projetos, e na Lei do Orçamento Municipal, observados os princípios da universidade e equilíbrio.

**Parágrafo Único** – O orçamento para o FUMPED seguirá na sua elaboração e execução os padrões e normas estabelecidas na legislação pertinente e, a qualquer tempo, por meio de créditos especiais e suplementares.

**Art.16** – A contabilidade do FUMPED tem por objetivo evidenciar a situação financeira e patrimonial do Fundo.

SOMENTE CONSULTA





ESTADO DO RIO DE JANEIRO

## *Câmara Municipal de Mangaratiba*

SOMENTE CONSULTA

**Art. 17** – A contabilidade será organizada de forma a permitir o exercício das funções de controle prévio, concomitante e subsequente, inclusive de apurar custos dos programas, projetos e serviços bem como interpretar e analisar resultados.

**Parágrafo Único** – A critério do COMPED poderão ser contratados serviços de consultoria e assessoria técnica.

**Art. 18** – A escrituração contábil será feita pelo método das partilhas dobradas.

**Art. 19** – A contabilidade emitirá relatório mensal.

**Parágrafo Primeiro** – Entende-se por relatório os balancetes mensais das receitas e despesas do FUMPED.

**Parágrafo Segundo** – O saldo positivo do FUMPED apurado em balanço no término de cada exercício financeiro será transferido para o exercício seguinte, a seu crédito, cuja previsão orçamentária será feita independentemente da existência de saldo.

### CAPITULO VI

#### EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**Art. 20** – Imediatamente após a promulgação da Lei Orçamentária a Junta Administrativa apresentará ao COMPED para análise e aprovação o quadro de aplicação dos recursos para FUMPED destinados aos programas e projetos contemplados no Plano de Aplicação.

**Parágrafo Único** – O tesouro municipal fica obrigado a liberar para o Fundo os recursos a ele destinado no prazo de 02 (dois) dias.

**Art. 21** – Nenhuma despesa será realizada na conta do FUMPED sem capacidade financeira.

**Parágrafo Único** – Quando houver insuficiência ou inexistência de recursos, poderão ser utilizados créditos adicionais autorizados por Lei e abertos por Decreto do Poder Executivo.

**Art. 22** – As despesas do FUMPED se destinarão:

- a) Ao financiamento parcial ou total de programas e projetos constantes no Plano de Aplicação.
- b) No atendimento de despesas de caráter urgente e inadiável.

**Art. 23** – As execuções das receitas e despesas serão processadas e movimentadas através de conta bancária especial individualizada do FUMPED, em banco oficial, no intuito de garantir transparência e controle adequados, conforme o Plano de Aplicação estabelecidos pelo COMPED.

**Art. 24** – O Conselho conforme necessidade ou emergência disporá de verba para pronto atendimento aprovada pelo COMPED, de acordo com a necessidade por atendimento ao paciente assistido pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos.

### CAPITULO VII

#### DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 25** – O FUMPED estará sujeito ao controle interno do Legislativo e Tribunal de Contas, independente do controle exercido pelo COMPED.

SOMENTE CONSULTA



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

***Câmara Municipal de Mangaratiba***

SOMENTE CONSULTA



**Art.26** – O FUMPED terá vigência indeterminada.

**Art.27** – Esta Lei só poderá ser alterada pelo quorum da maioria absoluta dos membros efetivos do COMPED.

**Art.28** – Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, sendo obrigatória a inclusão de recursos no Orçamento para o exercício de 2014, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos.

Mangaratiba, 31 de outubro de 2013

**SOMENTE CONSULTA**

**Cecília Cabral**

**Vereadora**

**Líder do PT**



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

*Câmara Municipal de Mangaratiba*

SOMENTE CONSULTA



**Justificativa:**

No cenário atual as pessoas com deficiência são, evidentemente, designadas como “Sujeitos de Direitos”, exigindo da sociedade e do Estado um novo posicionamento capaz de atender ao disposto na Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência e demais normativas relacionadas. A exigência é pelo cumprimento dos Direitos Humanos, Constitucionais, Cíveis e Sociais, tomando como premissa que é dever de todos promover e garantir os direitos das pessoas com deficiência. Em outras palavras, o Estado tem o dever de fazer, mas a sociedade também é chamada para construir e desenvolver ações, atitudes e procedimentos que derrubem as barreiras que impedem o exercício da diversidade. Preconiza que haja um conjunto de ações governamentais e não governamentais para a promoção de Políticas Públicas Inclusivas. A existência e atuação do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que é uma instância de participação e de controle social, é de suma importância na medida em que tenha como pauta a efetivação dos direitos humanos das pessoas com deficiência. São capazes de congrega sociedade civil e governo no mesmo objetivo: promover socialmente a pessoa com deficiência, garantindo efetivamente sua vez e voz na Sociedade.

SOMENTE CONSULTA